

Linguagem, individuação e performatividade em Paolo Virno

Leonora Corsini*

Quando falo ou escrevo, falo em presença de todas as línguas, mesmo as que não conheço.

Édouard Glissant

Resumo O artigo busca articular as teorizações de Paolo Virno sobre a linguagem enquanto capacidade, potencialidade “natural” da espécie, e a dimensão linguística do trabalho no regime do trabalho imaterial. Assim como Negri, Lazzarato, Gorz e outros autores que podemos situar no terreno teórico e filosófico do trabalho imaterial, Virno propõe um novo tipo de trabalho na contemporaneidade, um trabalho que é, cada vez mais, biopolítico; podemos verificar, entretanto, uma bifurcação entre os postulados de Negri e Virno, em que Negri critica o discurso naturalista das capacidades e prefere adotar uma ontologia da produção mantendo como centrais as categorias do trabalho vivo, sujeito/classe da produção – a multidão – e o antagonismo. Por sua vez, a tese defendida por Virno da linguagem encarnada, a tomada da palavra que se faz carne, vista por ele como faculdade biológica, capacidade linguística que distingue os seres humanos enquanto espécie, não prescinde da dimensão política e histórica. Trata-se, com efeito, de uma faculdade que é imanente à própria vida e está permanentemente se recriando, se constituindo. Além disto, para Virno linguagem e política estão sempre juntas, são inseparáveis: o ser da linguagem é sempre ser político.

Palavras-chave linguagem; virtuosismo; dimensão linguística do trabalho

Language, individuation and performativity in Paolo Virno

Abstract This paper aims at articulating Paolo Virno’s theorization about language as capacity, a natural potentiality of the species, and the linguistic dimension of labor under the regime of the immaterial. Like Negri, Lazzarato, Gorz and other authors who could be placed in the theoretical and philosophical field of Immaterial Labor, Virno postulates a new kind of labor, which is above all biopolitical; we can identify, however, a bifurcation between Negri’s and Virno’s theories; while Negri, on the one hand, criticizes the naturalistic discourse of capacities and prefers to adopt an ontology of production instead, keeping at its core the categories of living labor, subject/class of production – the multitude – and antagonism, on the other hand, the hypothesis sustained by Virno of the embodied language, the becoming flesh of language, seen as a biological capacity which distinguishes human beings as species, does not eliminate the political and historical dimensions of language. Indeed, it is a faculty immanent to life, which is constantly recreating and constituting

* Psicóloga, pesquisadora associada do LABTeC – Laboratório Território e Comunicação da UFRJ, atualmente em estágio pós-doutoral no IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

itself. In addition, according to Virno, language and politics cannot be separated: the being of language is always a political being.

Keywords language; virtuosity; labor's linguistic dimension

Introdução

Meu objetivo neste artigo é fazer uma articulação entre a teorização de Paolo Virno sobre a linguagem enquanto capacidade, potencialidade “natural” da espécie, e a dimensão linguística do trabalho no regime do trabalho imaterial, em que a força de trabalho, composta de sujeitos ainda não individuados (estamos sempre nos individuando, e mesmo em nossa singularidade individuada resta algo ainda indeterminado e por individuar) cujos corpos são controlados e manipulados como commodities pelo capitalismo, operam, ao mesmo tempo, de maneira virtuosística e performativa.

Assim como Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, André Gorz e outros autores que podemos situar no terreno teórico e filosófico do trabalho imaterial, Virno também postula um novo tipo de trabalho na contemporaneidade, um trabalho que é, cada vez mais, biopolítico; verificamos, entretanto, uma bifurcação entre os postulados de Negri e Virno, na medida em que Negri critica o discurso naturalista das capacidades e prefere adotar uma ontologia da produção (mantendo como centrais as categorias do trabalho vivo, sujeito/classe da produção – a multidão – e o antagonismo), em que a resistência é sempre primeira e é o que move a produção.

Meu argumento é de que a tese defendida por Virno da linguagem encarnada, a tomada da palavra que se faz carne, vista por ele como faculdade biológica, capacidade linguística que distingue os seres humanos enquanto espécie, não prescinde da dimensão política e histórica. Trata-se, com efeito, de uma faculdade que é imanente à própria vida e está permanentemente se recriando, se constituindo. Além disto, para Virno linguagem e política estão sempre juntas, são inseparáveis: o ser da linguagem é sempre ser político.

Linguagem que se faz carne

Quando discutimos o capitalismo e o trabalho na contemporaneidade, e como as novas tecnologias nos estão empurrando para uma dimensão que, paradoxalmente, pode ser situada num plano pós-mídia, como afirma Negri (2004), não deveríamos nos restringir às dimensões técnicas ou tecnológicas do debate, que poderia ser ampliado para abranger as novas possibilidades de criação e de socialização da criação, bem como pelo desenvolvimento de novas maneiras de distribuir esta criação. É importante reintroduzir no debate os processos de invenção, criação, relação e construção de novas linguagens e estéticas.

Virno é um dos estudiosos das transformações do trabalho e dos novos paradigmas para a linguagem, as relações de cooperação e a criação de novas estéticas que, a meu ver, contribuem de maneira bastante original para este debate. Ao desenvolver uma argumentação que, recusando qualquer dualismo, gira em torno da dimensão “encarnada” e material da linguagem, a linguagem

que se faz carne e aparece como faculdade da espécie, Virno se aproxima a uma tradição filosófica que articula a fenomenologia de Merleau-Ponty (especialmente em seu conceito de “*chair*”, carne reversível)¹, o pragmatismo de William James ou John Dewey, e a neurofenomenologia de biólogos como Francisco Varela, entre outros, que consideram a dimensão encarnada e material da corporeidade, indo além de concepções dualistas ou das construções discursivas sobre o corpo. Podemos ainda encontrar ressonâncias com a ideia de virtualidade inscrita no conceito de si mesmo cognitivo de Varela (1992), que defende a cognição humana como proveniente da interação de variáveis biológicas com atividades neuronais – uma cognição encarnada, que recusa a separação entre o ato de conhecer e a encarnação ou inscrição corporal deste conhecimento. Para Varela, há um si mesmo cognitivo, que improvisa, a partir dos pretextos fornecidos pelo ambiente, uma “música neuronal”.

Os sentidos para Virno são sempre pré-individuais, pré-pessoais. Referenciando-se em Merleau-Ponty, Virno diz que a visão, a audição e o tato, com todos os seus campos, são anteriores e permanecem alheios à vida pessoal. Assim, os sentidos estão referidos a uma dimensão biológica, à espécie. Da mesma maneira, a percepção não pode ser encapsulada pelo pronome pessoal em primeira pessoa do singular. Não sou “eu” quem vejo, escuto, percebo, falo... mas, toda a espécie. A linguagem é, neste sentido, da ordem do pré-individual, do genérico, do indiferenciado apesar de, ao mesmo tempo, o uso da palavra ter uma dimensão intrapsíquica, subjetiva. O uso da palavra tem para Virno uma dimensão intrapsíquica, social e pública, tudo ao mesmo tempo.

Quando diz pré-individual, Virno está falando de um processo em direção à individuação, no sentido que lhe dá Gilbert Simondon (1964), uma individuação que nunca se completa inteiramente, nunca é totalmente traduzida numa singularidade. A relação entre o pré-individual e o individuado é mediada pelos sentimentos (daí a ideia de uma tonalidade emocional para a multidão, que encontramos belamente descrita em *Gramática da Multidão* (VIRNO, 2004b).

Este algo “ainda não individual”, a potência individuante, a realidade pré-individual que cada indivíduo leva consigo poderia ser também um outro nome para natureza (Simondon, apud Virno, 2004a), com a ressalva de que natureza deve ser entendida na acepção dos filósofos pré-socráticos, que tomavam a origem de todas as espécies de ser, anterior à individuação: “natureza é a realidade do possível, com aquele aspecto de *apeiron*, de indeterminação, a qual Anaximandro² diz emanar de toda forma individuada” (VIRNO, 2004a, p. 158). Assim, Natureza não é o oposto de Homem, “mas a primeira fase do ser, enquanto que a segunda fase é a oposição entre indivíduo e ambiente” (VIRNO, 2004a, p. 158).

A instância pré-individual é, em última análise, a percepção sensorial, a mobilidade, o fundo biológico da espécie (VIRNO, 2004a, p. 196). Colocando em termos mais específicos, pré-individual é a língua histórico-natural da própria comunidade de pertencimento. A comunicação linguística é intersubjetiva muito antes de ser composta de verdadeiros “sujeitos”. “Sendo de todos e de ninguém, também lhe concerne o anônimo prefixo ‘se’: ‘se fala’” (VIRNO, 2004a, p. 196).

¹ Merleau-Ponty propõe o conceito de fala como propriedade do organismo humano, que ‘veste’ um pensamento. A fala constitui uma ação plena de significações que confere uma existência ao pensamento que supera a dimensão empírica ou intelectual. Assim, lemos em *O visível e o invisível* que “a carne (*chair*), não é matéria, não é espírito, não é substância. Seria preciso, para designá-la, recorrer ao velho termo ‘elemento’ no sentido em que era empregado para se falar da água, do ar, da terra e do fogo. Isto é, no sentido de uma coisa mais geral, a meio caminho entre o indivíduo espaço-temporal e a ideia” (MERLEAU-PONTY, 2000, p. 136). Por outro lado, quando se trata de pensar um corpo fenomenológico, pensa-se em um corpo que não é meramente composto de qualidades perceptíveis, mas um corpo que percebe; “este corpo não é apenas visto ou ouvido, mas vê e ouve; não é somente tangível, mas toca: mediante a capacidade de tocar com uma mão a outra mão, que toca coisas, experiencio minha mão simultaneamente como tocante e tocada, sujeito e objeto” (ORTEGA, 2008, p. 192).

² O filósofo pré-socrático Anaximandro designa com o termo *apeiron* uma substância primordial, algo sem limites e indeterminado.

Linguagem para Virno é, pois, uma atividade sem obra e sem roteiro, ato virtuoso de um artista falante, animada por uma capacidade ainda indeterminada – embora específica – da natureza humana. Em diálogo com Simondon (1964), Virno desenvolve as ideias de individuação (singularidade) e transindividualidade para pensar relações inter-humanas capazes de atualizar as potências da natureza pré-individual, irredutíveis, portanto, a individualidades já constituídas. Existe sempre algo de não individuado dentro de nós, há sempre uma virtualidade pronta a se atualizar a partir da relação com o outro. Atualiza-se assim a noção de “indivíduo social”, uma expressão que, segundo Virno poderia ser qualificada como um oxímoro, expressão paradoxal, que lhe permite se posicionar de maneira distinta a de Noam Chomsky, para quem a linguagem é uma faculdade da natureza humana que se realiza *no* indivíduo (cf. o debate entre Chomsky e Foucault de 1971 que retomarei ao final). Além de faculdade da espécie, a linguagem é também pensada por Virno em termos de uma dinâmica constante entre potência e ato, em que potência corresponde ao que ainda não é – inatualidade – e ato é o ‘agora’, presença.

Virtuosismo verbal e enunciado performativo

Num de seus últimos trabalhos, *Quando il verbo si fa carne. Linguaggio e natura umana*,³ Virno acolhe a metáfora saussureana da língua como uma sinfonia para pensar o ato da fala como um produto articulado, um ato autocumprido (que se cumpre em si mesmo); neste caso, todo aquele que fala uma língua possui as mesmas prerrogativas virtuosísticas de um artista, de um pianista, de um maestro. Todo ser falante é como um músico, artista executante de uma performance virtuosística. Cada ato de palavra culmina em uma prestação virtuosa: não dá lugar a um objeto em si mesmo e, justamente por isto, implica a presença de outros, de um público, uma audiência. Isto significa, em última análise, que a atividade linguística, considerada em seu conjunto, não é produção (*poiesis*), nem cognição (*episteme*), e sim ação (*práxis*). E toda ação é, em primeiro lugar, ação corporal.

A linguagem verbal na espécie humana não possui nenhuma obra para realizar, é uma atividade sem obra, porque não é um instrumento que possa ser empregado no lugar de outro; a linguagem está na própria natureza do homem. Virno nos lembra, citando Émile Benveniste, que nunca poderemos apreender o homem separado da linguagem, como também jamais o surpreenderemos no ato de inventar a linguagem (2004a, p. 33). A faculdade da linguagem é assim apresentada como pura indeterminação, *apeiron*, performance sem roteiro, em que o roteiro vai sendo criado no próprio ato de falar, na própria execução locutória (daí a ideia do par coextensivo roteiro-língua) (VIRNO, 2004a, p. 41). Existe um forte vínculo entre o falante e o artista executante; todo discurso articulado é, antes de qualquer coisa, uma prática virtuosa, cujo “fim último é o exercício mesmo da faculdade de falar”, bem como cada performance artística – seja de um músico, uma bailarina, um ator – uma atividade sem obra, sem objetivo externo, que implica necessariamente a presença de outrem.

A linguagem é imanente à vida, potência em ato, uma práxis que não depende de elementos extralinguísticos, da mesma forma que a performance memorável de um artista virtuoso não tem nenhuma ligação direta com um eventual desejo de fama e riqueza deste mesmo artista. A linguagem, assim como o ato de tratar de assuntos comuns e genéricos, constitui a própria matriz ou protótipo universal da atividade sem obra. Esta poderia ser uma primeira indicação da dimensão pública, de uma politicidade intrínseca da linguagem, em que a atividade verbal adquire corpo com o próprio ser da linguagem.

³ Ainda sem tradução para o português. Para este artigo, utilizo a edição em espanhol *Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humana* publicada pela editora Tinta Limón (2004a).

Discurso indireto e enunciação

No *Mil Platôs* (Postulados da Linguística, 2005, p. 11-59) de Deleuze e Guattari, lemos que não existe enunciação individual, nem mesmo sujeito de enunciação: tudo o que há é individuação do enunciado e subjetivação da enunciação, sempre que o agenciamento coletivo impessoal (o *apeiron*) o exige e o determina. Os autores valorizam o discurso indireto “livre”, em que não há contornos distintivos nítidos, não há inserção de enunciados diferentemente individuados, nem encaixe de sujeitos de enunciação diversos, mas agenciamentos coletivos que irão consequentemente determinar os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas moventes distribuições no discurso.

Se todo o discurso é indireto, prosseguem Deleuze e Guattari, a translação própria à linguagem é a do discurso indireto. A função da linguagem é, mais do que comunicar o que se viu, transmitir o que se ouviu. Um exemplo bastante ilustrativo desta hipótese é fornecido por Benveniste, para quem a linguagem é a recriação da realidade, é construção e reconstrução dos mundos possíveis, com todos os seus objetos, acontecimentos, pensamentos⁴. Benveniste diz que a abelha não tem uma linguagem, ainda que disponha de uma codificação orgânica; ela não tem linguagem porque é capaz de comunicar o que viu, mas não de transmitir o que lhe foi comunicado (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p. 13). É nesse sentido que, para Deleuze e Guattari, linguagem é transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem, e não comunicação de um signo como informação. A linguagem é um mapa e não um decalque (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p. 14). Além disto, existem relações intrínsecas entre a enunciação e determinadas ações que se realizam no momento em que as palavras são enunciadas: ação performativa (juro, ao dizer ‘eu juro’); ação ilocutória (interrogo quando digo ‘será que?’; prometo quando digo ‘eu te amo’, dou uma ordem quando uso o tempo imperativo). Esses atos, que são interiores à fala e que estabelecem relações imanentes dos enunciados com os atos, são chamados de pressupostos implícitos ou não discursivos.

Mikhail Bakhtin é um dos poucos autores que, segundo Deleuze e Guattari, analisam o caráter necessariamente social da enunciação, dos agenciamentos coletivos de enunciação. Bakhtin, ao fazer isto, tensiona tanto o subjetivismo (premissa de que o sujeito se constitui na linguagem) quanto o estruturalismo (o sistema da língua remete a um indivíduo de fato e de direito). Mas Virno vai se apoiar também nas teses de Simondon e Vygotsky, bem como nas concepções de Winnicott acerca do ambiente e dos fenômenos e objetos transicionais, para fundamentar o argumento do enunciado performativo, da performatividade do enunciar em geral como algo que é distintivo da fala humana.

Linguagem como fenômeno transicional – revisitando Winnicott

A disputa entre, por um lado, uma perspectiva comportamentalista da linguagem – a tese do comportamento verbal de Skinner – e, por outro, a concepção de dotação biológica compartilhada por todos os membros de uma espécie que tem norteado grande parte da tradição das ciências

⁴ Como esclarece Luiz Alfredo Garcia-Roza (1993, P. 117), se para Benveniste a linguagem reproduz a realidade, reproduzir, neste caso tem o sentido de produzir novamente; pela linguagem a realidade é produzida novamente, a cada fala as coisas e os acontecimentos são recriados. E não apenas o mundo das coisas e acontecimentos, mas o próprio pensamento é recriado. Assim, a organização do mundo e a organização do pensamento são tributárias da linguagem, porque sem a linguagem o mundo humano, todos os mundos possíveis, desaparece. Graças à linguagem o homem é capaz de simbolizar, ou seja, de poder estabelecer uma relação de significação entre o real e o signo (representante do real). A palavra símbolo, desde suas origens, costuma ser empregada no sentido de uma relação, mais do que expressar uma qualidade do objeto. Foi com Aristóteles que o símbolo passou a ser considerado como um signo convencional, não-natural, ou seja, arbitrário .

cognitivas é, segundo Virno, bastante instrutiva, no mínimo ao colocar em evidência a dificuldade de se pensar a linguagem como “órgão biológico de uma práxis pública” (VIRNO, 2004a, p. 37). Seria uma polarização semelhante à que se estabelece entre uma socialidade pragmática e um mentalismo despolitizado, ou então entre *poiesis* e *episteme*.

Com o termo transicional, o médico e psicanalista inglês Donald Winnicott designa um objeto cuja natureza provém de um deslocamento da relação com a mãe e que se situa entre a atividade do bebê de sugar parte de seu próprio corpo (dedos, punho) e um vínculo estabelecido com algum objeto exterior, que pode ser um ursinho, um pedaço de pano ou cobertor, ou qualquer objeto que a criança leve à boca ou ao nariz mantendo-o perto de seu corpo. A mãe participa deste vínculo assegurando a presença deste objeto junto da criança, levando-o em viagens etc. O fenômeno transicional é concebido como uma área de transição entre o erotismo oral e a relação de objeto que pode ter início a partir dos quatro meses e se estender até um ano, embora em algum momento posterior da vida possa ser retomada.

O interesse de Winnicott não é descobrir a primeira relação objetual e sim caracterizar uma região intermediária entre o subjetivo e o que é percebido objetivamente, entre a apercepção e percepção, entre inabilidade e interesse pelos objetos do mundo exterior. Um aspecto importante do termo transicional mencionado por Winnicott refere-se ao que podemos perceber do trabalho de experimentação do bebê em seu “processo de tornar-se capaz de aceitar diferença e semelhança”.⁵ O fato de o objeto pertencer ao mundo exterior constitui para Winnicott uma característica fundamental. O termo transicional indica precisamente esta área intermediária entre realidade interna e externa. Área de repouso e neutra para a qual se volta o bebê em situações de ansiedade, caracterizadas pelo autor como depressivas. É neste sentido que ambiente para Winnicott se refere, sobretudo, ao cuidado corporal materno – um cuidado que será considerado suficientemente bom na medida em que funcionar como um escudo protetor no processo de adaptação do bebê ao mundo. Importante reter ainda, como destaca Virno, a ideia de que o sujeito não *tem* um ambiente, mas *é*, em alguma parte sua (não individuada), ambiente (2004a, p. 199, grifos do autor).

Entre os fenômenos transicionais elencados por Winnicott destaca-se também a atividade lúdica. De maneira semelhante à práxis linguística e ao virtuosismo do artista executante, o jogo, o brincar, é público, porém não exterior – já que não dá lugar a uma obra independente, um “não-eu”; é pessoal, mas não interior, pois não pressupõe representações mentais; ao contrário, provoca-as como reverberação ou efeito colateral. Enquanto a realidade externa e a dotação instintiva possuem uma inegável fixidez, o jogo é marcado por um alto grau de variabilidade e contingência. Pode-se dizer que o brincar ilustra bem aquela indeterminação que afeta ao mesmo tempo a vida e a linguagem.

Ainda a propósito dos fenômenos transicionais, cai por terra a polarização clássica entre inato e adquirido, passando a vigorar em seu lugar um modelo paradoxal, uma subjetividade híbrida (ou anfíbia, nos termos de Virno): “A criança cria um fenômeno, mas este fenômeno não poderia ser criado se já não estivesse estado ali” (VIRNO, 2004a, p. 138). Algo que existia por conta própria é reinventado como algo novo. E isto vale tanto para o jogo como também, segundo Virno, para a

⁵ Para Winnicott, a primeira possessão ‘não-eu’ de um bebê está relacionada tanto com objetos externos de satisfação (como o seio da mãe) quanto com objetos internos ou auto-eróticos (uma introjeção mágica do seio), sendo, no entanto, diferente deles. Os objetos transicionais e os fenômenos transicionais pertencem ao domínio da ilusão que está na base do início da experiência. Esse primeiro estágio do desenvolvimento é tornado possível pela capacidade especial, por parte da mãe, de efetuar adaptações às necessidades de seu bebê, permitindo-lhe assim a ilusão de que aquilo que ele cria realmente existe. Esta área intermediária de experiência, incontestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa (compartilhada), constitui a parte mais significativa da experiência de um bebê e, através da vida, é conservada na experimentação intensa que diz respeito às artes, à religião, ao viver imaginativo e ao trabalho científico criador (cf. WINNICOTT, *Textos selecionados da pediatria à psicanálise*, 1982, p. 406-407).

atividade locutória. A linguagem, enquanto órgão biológico da práxis pública seria assim o mais notável e difuso fenômeno transicional.

Do princípio de individuação ao conceito de multidão e de indivíduo social

O comum e o general intellect

Antonio Negri e Michael Hardt propõem em *Multidão* (2004) que a produção da subjetividade, junto com a produção daquilo que denominam “o comum”, se dá em uma relação em espiral disparada pela cooperação e pela comunicação. A subjetividade que é produzida nesta relação produz novas formas de cooperação e novas linguagens, que por sua vez produzem novas subjetividades, e assim por diante. Nesta espiral produtiva, cada movimento de produção de subjetividade para produção de comum constitui uma inovação que resulta numa realidade mais rica.

Negri complementa dizendo que estamos entrando numa era pós-mídia em que o triunfo do paradigma comunicacional e a consolidação do horizonte da mídia, por sua virtualidade, sua produtividade, pela extensão de seus efeitos, longe de determinar um mundo preso na necessidade e na reificação, abre espaços de luta para a transformação social. “Trata-se de ligar comunicação/produção/vida social em formas de proximidade e cooperação cada vez mais intensas. Trata-se de pensar uma democracia radical, o viver em sociedade como produção, a ser posta em forma nas condições do horizonte pós-mídia” (NEGRI, 2004, p. 176). Ou seja, trata-se de pensar o mundo da comunicação e da linguagem como o lugar onde as grandes forças sociais do conhecimento e da comunicação se colocam como as únicas forças produtivas. A comunicação se torna a forma sob a qual se organiza o mundo, e novas subjetividades se constituem dentro desse contexto de máquinas e trabalho, de instrumentos cognitivos e consciência autopoiética, de novo meio ambiente e nova cooperação (NEGRI, 2004, p. 174-175). A atividade comunicacional da força de trabalho, diz Negri, a linguagem dos indivíduos cooperantes, torna-se capaz de levar a cabo a transformação social sem outro limite senão a finitude de nosso desejo. Uma finitude que tem como único limite a infinidade da tarefa (NEGRI, 2004, p. 181).

Virno já havia definido em *Gramática da multidão* (2004b) a multidão contemporânea como uma combinação ou um composto de indivíduos sociais, em que social deve ser entendido como pré-individual e individual como último resultado de um permanente e incessante processo de individuação⁶. A multidão contemporânea consiste assim em uma rede de singularidades que, mais do que ponto de partida é um ponto de chegada dos múltiplos e simultâneos processos de individuação que a constituem. A multidão não é composta nem de cidadãos nem de produtores individuais: ela fica na interseção entre o individual e o coletivo, ou seja, é uma forma de vida cuja premissa básica é o comum que, na análise de Virno, seria uma redefinição do Uno, uma unidade que não é mais a do Estado ou do Soberano, como no caso do povo na modernidade. Hoje a multidão se apresenta em um incessante movimento – uma força centrífuga – do Um para os Muitos, que acontece a partir da linguagem, do intelecto, em suma, das condições comuns e biológicas da vida humana. Em *Cuando el verbo se hace carne* (2004a), a multidão é renomeada como o conjunto de indivíduos sociais, um belo oxímoro segundo Virno, em que o adjetivo “social”

⁶ Virno retoma o termo individuação no sentido de Simondon, ou seja, em referência aos processos que permitem ao animal humano, a partir de uma bagagem físico-biológica genérica, fazer emergir uma singularidade única através das operações de comunicação. Para Virno, a individuação (que se distingue de individualização) tem a ver com processo de singularização e é uma categoria que, mais do que qualquer outra é inerente ao conceito de multidão (Cf. para mais detalhes VIRNO “Multitude et le principe d’individuation”, 2001; e Jacques GARELLI, “Introduction à la problématique de Gilbert Simondon”, 1994).

se refere àquela realidade pré-individual que pertence a cada sujeito, ao passo que no substantivo “indivíduo” se reconhece a singularização que aconteceu em cada um dos componentes da multidão, cuja emergência hoje pode ser considerada a “revanche da multidão na vida em comum”. O social aqui abrange tanto o conjunto das forças produtivas historicamente definidas quanto a dotação biológica da espécie, sendo que o trabalho contemporâneo, em sua desmedida, exemplifica este modo de ser da multidão. Neste sentido, se em Marx já está indicado que o indivíduo social é o único protagonista verossímil de qualquer transformação radical do atual estado de coisas, e que este indivíduo social é referente do entrelaçamento entre uma “existência genérica” e a experiência irrepetível, marco da subjetividade, Virno conclui que, por mais paradoxal que tal afirmação possa parecer, “a teoria marxiana deve ser interpretada como uma teoria rigorosa, realista e complexa do indivíduo. Ou seja, como uma teoria da *individuação*” (VIRNO, 2004a, p. 202-203).

O comum de que falam tanto Negri e Hardt quanto Virno é inspirado, portanto, no *general intellect*⁷ de Marx, e está referido à dimensão pública e coletiva da mente, constituindo-se no horizonte, na condição de possibilidade para a própria existência dos ‘multi’ da Multidão. De acordo com Virno, se por um lado acolhemos a ideia de que a multidão é uma rede de indivíduos em que “multi” designa um conjunto de singularidades contingentes, por outro entendemos que essas singularidades não são um fato consumado, mas sim o resultado de um complexo processo de individuação.

“Fica então estabelecido que o ponto de partida de toda autêntica individuação é algo de ainda não individual. [...] O individual é efetivamente tal não porque se mantenha à margem do que é potente, mas sim por ser potência individuada; e é potência individuada porque é apenas uma das possíveis individuações da potência” (VIRNO, 2004a, p. 194).

Pensamento e linguagem

O psicólogo russo Lev Vygotsky foi, segundo Virno, um estudioso da relação entre pensamento e linguagem que contribuiu de maneira definitiva para sublinhar o caráter pré-individual – e imediatamente social – da fala humana: o uso da palavra, desde o princípio, é intersíquico, público, compartilhado, impessoal. Ao contrário do que afirmava Piaget, não se trata de sair de uma condição autista originária (hiperindividual), entrando no caminho de uma progressiva socialização⁸; o fulcro da ontogênese consiste, para Vygotsky, na passagem de uma socialidade envolvente à individuação do falante: “o movimento real do processo de desenvolvimento do pensamento se dá não desde o individual ao socializado, mas desde o socializado para o individual” (VYGOTSKY, 2000, p. 63)⁹.

⁷ *General Intellect* ou intelecto em geral, é uma expressão criada por Marx para designar a dimensão coletiva e social que caracteriza a atividade intelectual quando esta é a fonte da produção de riqueza. O conceito aparece no texto “Fragmento sobre o sistema automático de Máquinas” no Caderno VII dos *Grundrisse* e refere-se à inteligência social e partilhada criada a partir da acumulação dos conhecimentos, técnicas e know-how (Cf. para mais detalhes VIRNO, 2004b, p. 37-38; e NEGRI e HARDT, 2000, p. 364-367).

⁸ Destaco uma passagem de *Pensamento e linguagem* de Vygotsky (2000) que julgo bastante ilustrativa desta diferença: “Preferimos utilizar o termo comunicativa para o tipo de fala que Piaget chama de socializada, como se tivesse sido outra coisa antes de se tornar social. Do nosso ponto de vista, as duas formas, a comunicativa e a egocêntrica são sociais, embora suas funções sejam diferentes” (op. cit., p. 23).

⁹ A obra de Vygotsky tem tido também influência numa linha emergente de pesquisa sobre atividade cognitiva. Sua preocupação era de que funções mentais superiores como memória, percepção e atenção, fossem estudadas não como funções psicológicas isoladas, mas em termos de como são organizadas na atividade humana concreta e, além disso, de como esta organização se transforma enquanto função das condições sociais e do desenvolvimento. Para os discípulos

Por outro lado, como salienta Solange Mostafa (2008), pode-se identificar uma clivagem ou bifurcação entre alguns comentadores de Vygotsky no que diz respeito às suas concepções de trabalho e linguagem. Assim, do lado do trabalho, perfilam-se os argumentos mais ortodoxos do marxismo que apontam as verdadeiras relações sociais de que fala o pensador russo. Por alguma razão, essa corrente desconsidera a linguagem e seu funcionamento, como se a linguagem não fizesse o seu trabalho de produção de sentido. Do lado da linguagem, acomodam-se discursos que destacam a importância dos sentidos e da significação nos processos discursivos humanos, como se a linguagem contivesse tudo o que ela queria dizer, no sentido de ser a expressão mais significativa da existência humana (MOSTAFA, 2008, p. 45-46). De toda maneira, Virno (2004a) destaca que tanto em Simondon quanto em Vygotsky, a individuação psíquica – ou a constituição do Eu autoconsciente – tem lugar sobre o terreno linguístico, e não sobre o perceptivo. Neste caso, poderíamos pensar em múltiplas instâncias do pré-individual, uma realidade pré-individual que pode também ser concebida como o conjunto de forças produtivas que caracteriza o *general intellect*. Citando Marx, Virno diz que o intelecto em geral – pensamento sem portador – imprime a forma do próprio processo vital da sociedade instituindo hierarquias e relações de poder. Ou seja, trata-se de uma realidade pré-individual historicamente qualificada, razão pela qual Virno irá concluir que, ao pré-individual perceptivo e linguístico, deve ser agregado um pré-individual histórico (2004a p. 198).

Multidão e trabalho imaterial

Com a transformação do regime de acumulação baseado na grande indústria, a emergência de novas formas produtivas, a facilitação das novas tecnologias de informação e comunicação, assistimos a um deslocamento da própria função produtiva para as atividades imateriais. O trabalho imaterial – e tudo o que está relacionado à circulação e à inovação – encontra-se no centro de um padrão de acumulação em que os processos reprodutivos tornam-se imediatamente produtivos.

O trabalhador não precisa mais de ferramentas de trabalho (ou seja, de capital fixo) que sejam postas à sua disposição pelo capital. O mais importante capital fixo, aquele que determina os diferenciais de produtividade, doravante está no cérebro das pessoas que trabalham: é a máquina-ferramenta que cada um de nós traz em si (NEGRI, 2001, p. 26).

contemporâneos de Vygotsky, tal atividade cognitiva é vista sempre como atividade social (cf. HOLZMAN, 2002, p. 88). Outro aspecto que merece ser destacado é a concepção do ‘eu’ que se constrói na relação com ‘o outro’, em um sistema de reflexos reversíveis em que a palavra desempenha a função de contato social, ao mesmo tempo em que é constituinte do comportamento social e da consciência (cf. MOLON, 2003, p. 83). Vygotsky acreditava que tanto a consciência quanto a auto-regulação são dependentes de “ferramentas psicológicas”, dentre as quais a linguagem. “A percepção de uma criança, por exemplo, não se desenvolve como uma continuidade direta e aperfeiçoada das formas de percepção animal, nem mesmo daqueles animais que estão mais próximos da espécie humana. Ela começa a perceber o mundo não somente através dos olhos, mas também através da fala e, como resultado, o imediatismo da percepção ‘natural’ é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança. [...] O papel da linguagem na percepção é surpreendente. Elementos independentes num campo visual são percebidos simultaneamente; neste sentido, a percepção visual é integral. A fala, por outro lado, requer um processamento sequencial. Nossa pesquisa mostrou que, mesmo nos estágios mais precoces do desenvolvimento, linguagem e percepção estão ligadas, embora sejam instâncias independentes” (VYGOTSKY, 2002, p. 41-44).

Evidentemente, este deslocamento não seria possível sem a incorporação nas novas tecnologias de comunicação e informação de um emaranhado de redes técnicas e sociais e um tipo de arranjo do trabalho que fazem cair por terra as fronteiras que separavam trabalhador e meio de produção, e mundo do trabalho e mundo da vida. Estamos sempre produzindo, mesmo quando “consumimos” um filme, um livro, ou um programa de TV em nossas casas. E o que anima este novo modo de produção em rede é a produção de conhecimento e a cooperação entre intelectos – o *general intellect* – e sua marca é o transbordamento; a produção de riquezas está em outro lugar que não é mais a fábrica fordista ou a empresa, e o mercado não é o lugar da troca de riquezas; trata-se, como diz Antonella Corsani (2003), do deslocamento da produção de mercadorias por meio de mercadorias à produção de conhecimento por meio de conhecimento.

Para Virno (s/d), enquanto que no modo de produção fordista, no apogeu do paradigma do chão de fábrica, a atividade do trabalho era muda, silenciosa, o trabalho vivo e imaterial de hoje, um apêndice do sistema das máquinas, obedece a uma causalidade natural a fim de se realizar plenamente. O trabalhador é (e precisa ser) loquaz. O mundo dialógico está instalado no próprio cerne da produção capitalista; trabalho hoje é, mais do que nunca, interação, relação. Assim, para podermos efetivamente apreender as práticas de trabalho pós-fordistas, precisamos buscar os referentes entre pensadores como Saussure, Wittgenstein, ou Bakhtin, autores que elaboraram teorias e imagens linguísticas que nos ensinam mais a respeito desta “fábrica falante” de nossos dias do que os próprios sociólogos do trabalho, conclui Virno.

Lazzarato (2001, p. 98) prossegue nesta linha de argumentação observando que a relação que hoje se estabelece entre linguagem e trabalho vai além da dimensão sincrônica (estrutura) da língua e a dimensão diacrônica da palavra (criação). Trata-se então de determinar o “excedente na produção linguística” que produz novas expressões, novas linguagens e, portanto, novos valores de novas formas de vida; e este excedente não pode ser senão um ato criativo. Ainda de acordo com Lazzarato (2002), o trabalho imaterial acontece em um espaço comum, universal e sem fronteiras territoriais, composto por múltiplos atores e atravessado por subjetividades em ação. No lugar da força de trabalho que constituía a medida de produtividade e valor nas teorias econômicas clássicas surge uma subjetividade incomensurável. A substituição de medidas de tempo e valor da força de trabalho pela subjetividade assinala um momento de ruptura, uma saída, e marca um processo de contínua reinvenção, de uma nova constituição de mundo.

Como diz André Gorz (2003) a riqueza é hoje produzida através da uma contínua colaboração e cooperação entre as pessoas e o assim chamado capital humano, principal valor das organizações pós-fordistas, está assentado na capacidade incessante de produção de si, de produção da própria vida dos sujeitos que vivem e trabalham, de saberes que se reproduzem e conhecimentos que se constituem e são apropriados.¹⁰ A organização do trabalho nos moldes fordistas, com base na divisão das funções, na separação entre trabalho intelectual e trabalho de execução e na necessidade de medir e atribuir valor, é substituída pelas contínuas e cada vez mais amplas redes de produção de saberes, conhecimentos, tecnologias, hábitos, modos de vida, que amplia e intensifica a cooperação entre pessoas e empresas, as trocas e o uso de ferramentas e inovações comuns que dão suporte ao fenômeno da globalização massiva.

Virno (2003, p. 258) vai agregar que a qualidade virtuosística de que se reveste o trabalho, à medida que o trabalho imaterial não se esgota na produção de bens materiais ou mercadorias específicas,

¹⁰ Gorz distingue saber de conhecimento: saber é competência, *know-how*, uma prontidão para fazer e agir de uma determinada maneira que é quase automática, saber-fazer corporificado (como, por exemplo, conduzir automóvel ou falar a língua materna). O saber tem, portanto, uma relação intrínseca com o corpo, o sujeito e a ação. O conhecimento é construído com base nos saberes e é homologado pelas instituições e organizações como seu principal valor, como capital (daí a idéia de capital humano), embora esse sentido de valor ultrapasse a dimensão da produção capitalista, sendo reinscrito no âmbito da economia total.

confere a esta atividade atributos como imprevisibilidade, capacidade de criar o novo, de executar performances linguísticas, e possibilidade de “deslizar” entre diferentes alternativas. Além disso, no regime do trabalho imaterial que investe diretamente as capacidades linguísticas do trabalhador enquanto *commodity*, a força de trabalho passa a ser “um ainda não sujeito de oferta e demanda” (VIRNO, apud TOSCANO, 2007), o que revela a situação paradoxal desta força de trabalho. E mais, à medida que o próprio objeto do capitalismo se torna pura capacidade, o corpo passa a ser o lugar das estratégias de mensuração: “para obter a única mercadoria que o capitalista deseja, qual seja, o poder, ele oferece ao trabalhador uma remuneração que corresponde à manutenção de algo que, por sua vez, não tem valor, sua vida” (TOSCANO, 2007). E qual seria o significado histórico de tal situação? Segundo Virno, antes da ascensão do capital imaterial ou pós-fordista, nossas capacidades, ou seja, nosso ‘invariante biológico’ (‘nossa não-especialização, nossa falta de um ambiente unívoco’), só emergiram em meio a catastróficas anomalias, estados sociais de exceção, ou seja, no momento em que os ambientes pseudo imunizantes e compensatórios fornecidos pela cultura fracassaram ou entraram em colapso. A destruição destes pseudo-ambientes pelo frio cálculo do capitalismo avançado deixou ainda mais em evidência que nossa essência genérica e indeterminada enquanto espécie, “uma potencialidade amorfa, ou seja, a persistência crônica de características infantilizadas e, portanto, não ameaçadoras, irrompe no cenário da crise, atravessando todos os aspectos da mais *trivial* rotina” (VIRNO, 2003, p. 170). E é precisamente nesta situação, onde existe um prêmio para capacidades ‘flexíveis’, que as normas ou controles proliferam e se tornam ainda mais plásticas, e também mais insidiosas (VIRNO, 2003, p. 173).

Se, por um lado a ênfase de Negri no trabalho vivo, mais do que no trabalho em si, tem como base o desejo de ir além de um discurso ‘naturalista’ das capacidades, indo ao encontro de uma verdadeira ontologia da produção – uma possível razão para sua crítica de posições como a defendida por Virno, a qual ele considera como colocando demasiada ênfase no linguístico – um possível ponto de convergência entre os autores poderia ser a desmedida, que se revela, segundo Negri (2003, p. 55), na produção de um real sempre novo, uma espécie de inquietude que ressoa na potência da temporalidade e também na abertura para a constituição de novas formas de relação com o outro na rede da produção, da reprodução social, e da participação no “intelecto em geral”. Em suma, a desmedida é o que qualifica o campo materialista, é o horizonte do comunismo e do comum. Toscano (2007) conclui que Virno, apesar de também acompanhar a preocupação de Hardt e Negri com o trabalho da multidão, parece ter conseguido apreender melhor a especificidade ‘filosófica’ do capitalismo enquanto modo de organização social, que “confere à tensão potência/ato uma extraordinária importância pragmática, empírica e econômica”.

A discussão sobre natureza humana e a proposta de uma historiografia naturalista

Em *Cuando el verbo se hace carne* (VIRNO, 2004a, p. 157-191), Virno faz um relato do célebre debate entre Chomsky e Foucault a respeito da natureza humana para avançar sua proposta de uma historiografia naturalista, que nunca deixa de ter uma dimensão política. Faço a seguir uma síntese do que se lê nessas páginas, com o intuito de encaminhar minhas considerações finais.

Em 1971, em Eindhoven, na Holanda, Noam Chomsky e Michel Foucault tiveram a ocasião de discutir pessoalmente em um programa de televisão. O colóquio girou em torno da questão da “natureza humana”, base imutável e específica da espécie contra a qual se desenvolve a vertiginosa variabilidade dos acontecimentos históricos. No início do debate, Chomsky afirma a existência deste fundo imutável e indica suas características sobressalentes. Foucault joga na oposição: distingue, precisa, objeta. Porém, as coisas mudam de figura no momento em que são tratadas as consequências sociais e políticas do que seja esta “natureza humana”. O contraste entre os dois pensadores torna-se mais agudo e minucioso. Ambos estão de acordo sobre vários assuntos

políticos concretos (oposição à guerra do Vietnã, apoio incondicional às lutas operárias mais radicais, etc.); a divergência acontece, sobretudo em relação a uma questão de princípio: a possibilidade de obter um modelo de sociedade justa a partir de certas prerrogativas biológicas do animal humano. O colóquio de Eindhoven ratifica assim, de modo bastante vívido, a ruptura entre materialismo naturalista e materialismo histórico.

Foi a última tentativa, segundo Virno, de manter unidas biologia e história (e também seu retumbante fracasso). Para avaliar a ideia de que exista uma natureza humana invariante – ou metahistórica – Chomsky indica como prova a faculdade da linguagem, uma propriedade da espécie comum a todos os seus membros e essencialmente única em relação a outras espécies. A competência linguística é inata: não depende do ambiente social. Desde o princípio, o uso da palavra revela uma regularidade instintiva, ou seja, uma organização sintática que ultrapassa os dados fornecidos pelos locutores. Semelhante a um órgão que se desenvolve por si só, a linguagem é dotada de estruturas seletivas e esquemas combinatórios cuja autônoma produtividade nada tem a ver com a experiência empírica do falante. A gramática universal, subjacente às diversas línguas históricas, faz parte de nosso patrimônio genético.

Foucault mostra-se, a princípio, conciliador, apenas refutando a tendência a alçar ao estatuto de conceito científico a noção de natureza humana que, para ele, nada mais é do que um critério epistemológico. Mas, quando Chomsky passa a se deter em outro requisito fundamental da faculdade da linguagem – que, mais do que inata, seria ‘naturalmente’ criativa – a discussão ganha outra coloração e Foucault declara abertamente seu desacordo. Tudo bem que só possa haver criatividade a partir de um sistema de regras vinculantes. Mas Chomsky erra ao colocar estes princípios normativos *dentro* da mente individual. Pois os esquemas e estruturas sobre as quais se inserem as variações criativas têm uma origem supra-pessoal. E supra-pessoal, para Foucault, quer dizer, *histórica*. O problema então é que as vicissitudes histórico-sociais da espécie são reconduzidas por completo à estrutura psicológica do indivíduo isolado. Chomsky reafirma tanto a índole metahistórica quanto o caráter individual da criatividade linguística, que, segundo ele, não teria mudando substancialmente desde a época do Cro-Magnon! (grifos meus).

O colóquio termina com uma disputa acalorada acerca da desobediência civil. Chomsky não hesita em concluir um projeto político de certos aspectos persistentes e reiterativos da natureza humana. Na sua visão, uma sociedade decente deveria maximizar a possibilidade de realização desta característica humana fundamental. Mas, tal tentativa de entrecruzar biologia e práxis histórica mostra-se inconsistente e até perigosa: qualquer um que queira privilegiar um aspecto distintivo da natureza humana – por exemplo, a busca por segurança – poderia, com igual direito, justificar medidas políticas autoritárias e desumanas. Foucault desempenha bem o seu papel ao colocar em relevo as contradições inerentes à qualquer tentativa de propor um modelo social ideal. A desobediência civil não poderia reivindicar um fundamento biológico eterno, sendo primeiro de tudo funcional à consecução de objetivos que acontecem precisamente em uma conjuntura histórica particular. “Antes de pensar na luta social em termos de justiça, convém pensar na justiça em termos de luta social”, afirma Foucault (VIRNO, 2004a, p. 160).

Chega-se então a um momento de indecisão, de indecidibilidade, tão paradoxal para Virno quanto o desafio lançado pelo enunciado: “eu minto”. Os partidários de Chomsky afirmam que o colóquio de 1971 inaugura o declínio do relativismo historicista, responsável por ter dissolvido a natureza humana em um caleidoscópio de diferenças culturais. Os adeptos de Foucault acreditam, por sua vez, que em Eindhoven se deu a derrocada das vãs tentativas de fazer valer o mito de uma realidade natural sempre igual a si mesma, contra a densidade da experiência histórica.

A proposta de Virno é de que nos posicionemos num espaço “entre”, indecidível, “nem, nem”, que possa definir com mais precisão qual seria o âmbito de uma historiografia natural, que possa dar

corpo, carne, a uma historiografia naturalista. E assinala o que lhe parece ser a direção argumentativa mais promissora para tal tarefa:

a) o mais importante é a diferença, não atenuável, ou seja, a condição de incomensurabilidade que subsiste entre faculdade de linguagem e línguas históricas determinadas;

b) a faculdade da linguagem coincide com a antiga noção filosófica de *dínamis*, potência – faculdade de linguagem significa linguagem em potência, ou potência de linguagem em ato. Com ato se quer indicar isto que é real e presente, contingencialmente determinado, dotado de propriedades inconfundíveis; com potência se assinala isto que está ausente e ainda por definir;

c) é enganoso querer substituir a faculdade de linguagem por uma protolíngua falada por toda a espécie. Da mesma forma que seria enganoso afirmar que a faculdade seja um mero antecedente cronológico da língua materna, uma vez que se tenha finalizado seu aprendizado. Longe de se extinguir, a potência-faculdade coexiste com a língua em ato, caracterizando assim toda a experiência do falante.

O acesso à linguagem não é um episódio inaugural e transitório, mas um modo constante de expressar a mesma linguagem. A faculdade da linguagem indica, portanto, potencialidade, e não especialização. Ela é, como diz Benveniste, apenas possibilidade de uma língua se constituir (daí a observação de que qualquer falante, ao dar lugar a um enunciado, deve antes mais nada “apropriar-se da língua” (BENVENISTE, apud VIRNO, 2004a, p. 171).

Afirmar que as formas de vida contemporâneas possuem como insígnia a faculdade da linguagem, a não especialização, a ‘neotenia’ (ter que nascer, a cada vez), a desambientação, (e a improvisação, poderíamos acrescentar) não significa, segundo Virno, dizer que essas formas de vida estejam irremediavelmente desreguladas.

Que a congênita potencialidade do animal humano apareça sem máscaras no plano econômico-social é fato irreversível; mas que esta potencialidade, ao aparecer, esteja obrigada a tomar a aparência da força de trabalho não é, decerto, destino sem escapatória. Muito pelo contrário, trata-se de uma saída transitória, contra a qual vale a pena bater-se politicamente. Que a transindividualidade da mente humana se torne evidência factual é uma premissa agora irrefutável, mas que dita transindividualidade, ao se tornar evidente, deva se conformar às exigências da indústria pós-fordista, não deve ser dado como favas contadas. [...] A historiografia naturalista não atenua, mas acrescenta de maneira contundente, o peso específico da ação política. Seu peso e sua frágil dignidade (VIRNO, op. cit., p. 191).

Gostaria de citar, à guisa de conclusão, um pequeno trecho de um livro de Joaquín Herrera Flores¹¹, jurista e militante dos direitos humanos recentemente falecido, que me pareceu bastante pertinente ao nosso argumento inicial, da dimensão encarnada da linguagem humana, inexoravelmente inseparável das dimensões política e histórica. Diz ele:

Devemos construir teorias intempestivas que irrompam no real desde o mais

¹¹ Agradeço a Gerardo Silva por ter me indicado este texto.

imediatos que temos: nossos corpos, nossas resistências, nossa subjetividade. Teorias que potencializem e intensifiquem o desejo de potência que pulsa sob a capacidade humana de transformar o mundo e instituir novas formas de relação (HERRERA FLORES, 2005, p. 23).

A ideia de teorias intempestivas irrompendo no real desde o desejo de transformar o mundo e a partir dos nossos corpos, das nossas subjetividades me fez lembrar de um exemplo de linguagem encarnada no corpo e numa história de lutas – o créole do Caribe – uma linguagem política, que se manifestou recentemente em Guadalupe, estendendo-se depois para Martinica e Ilhas Réunion. Em janeiro de 2009, o *Liyannaj Kont Pwofitasion* – LKP (Coletivo Contra a Exploração), movimento que reúne organizações sindicais, intelectuais, movimentos populares e ativistas políticos, se articulou em um manifesto (*Pour des sociétés post-capitalistes*) para protestar contra as diversas formas de exploração econômica e cultural da ainda metrópole França¹². Os militantes do LKP se manifestam em língua créole – e parte importante de seu discurso passa despercebida pelos que não falam créole. Os que não falam créole não percebem, sobretudo, o vai-e-vem da troca, em fala, o diálogo entre os oradores e o público, suas referências singulares (Martin Luther King, por exemplo, é uma referência importante nos discursos dos membros do LKP). Um dos ativistas, chamado “*Kok-la*” (o galo), certamente por seu corpo musculoso e atitude tenaz e decidida, jamais deixa de se referir ao ativista dos direitos civis, em nenhum de seus discursos.

A luta de afirmação do créole (e também a luta do LKP) é de vital importância política: como já denunciava Frantz Fanon, a colonização linguística da metrópole deixaria consequências psíquicas, subjetivas, na existência do colonizado, do homem negro, que Fanon definia como uma existência “*pour-autrui*”. Para livrar o colonizado do Caribe de uma existência auto-desqualificada, inferiorizada, seria preciso livrá-lo dele mesmo, e nada melhor, para resgatar sua auto-estima, do que dar vazão à potência da linguagem: “*un homme que possède le langage possède par contrecoup le monde exprimé e impliqué par ce langage*”, afirmava Fanon.

Não é de surpreender, portanto, que do outro lado, do lado dos que rejeitam o movimento contra a exploração – e eles existem, é claro – reclame-se tanto do francês que está sendo falado pelo povo do Caribe, reclamação que aparece na boca de vários políticos: “de tanto falarem créole, já nem sabem falar francês”. Em 2009, foi colocada em marcha uma verdadeira ruptura, em Guadalupe – e ela passa pela escolha da língua, mais uma vez, reveladora de diferenças importantes.

Artigo recebido em 21/06/2010 e aprovado em 15/07/2010

Referências

¹² O manifesto pode ser lido na íntegra no Le Monde.fr: http://www.lemonde.fr/web/imprimer_element/0,40-0@2-823448,50-1156114,0.html.

CORSANI, A. *Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo*. In: Alexander Patez Galvão, Gerardo Silva e Giuseppe Cocco (orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. “20 de novembro de 1923 – Postulados da Linguística”. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* Vol. 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Claudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2005 (3ª reimpressão).

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Vol. 2 A interpretação do sonho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

GARELLI, J. “Introduction à la problématique de Gilbert Simondon”. Atas do Colóquio *Gilbert Simondon. Une pensée de l’individuation et de la technique*. Biblioteca do Collège International de Philosophie, Paris 1994.

GORZ, A. *L’immatériel. Connaissance, valeur*. Paris: Éditions Seuil, 2003.

HERRERA FLORES, J. *Los Derechos Humanos como Productos Culturales. Crítica Del Humanismo Abstracto*. Madri: Los Libros de La Catarata, 2005.

HOLZMAN, L. H. “Pragmatismo e materialismo dialético no desenvolvimento da linguagem”. In : Harry Daniels (org.) *Uma Introdução a Vygotsky*. São Paulo : Edições Loyola, 2002.

KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Tradução Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.

LAZZARATO, M. *Puissances de l’invention. La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l’économie politique*. Paris: Seuil, 2002.

_____. “Trabalho autônomo, produção por meio de linguagem e *General Intellect*”. In: Maurizio Lazzarato e Antonio Negri *Trabalho imaterial. Formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro : DP&A Editora, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. Trad. José Artur Gianotti e Armando Mora d’Oliveira. 4. ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSTAFA, S. P. *Vygotsky – Deleuze. Um diálogo possível?* Campinas: Editora Alínea, 2008.

NEGRI, A. Infinitude da comunicação/Finitude do desejo. In: André Parente (org.) *Imagem Máquina. A era das tecnologias do virtual*. São Paulo : Editora 34, 2ª reimpressão, 2004.

_____. *Kairòs, Alma Vênus, Multidão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Exílio*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Multitude. War and democracy in the age of Empire*. Nova York : Penguin Press, 2004.

_____. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

ORTEGA, F. *O corpo incerto. Corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro : Garamond, 2008.

SIMONDON, G. *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

TOSCANO, A. Always already only now: Negri and the Biopolitical. In: Timothy S. Murphy e Abdul-Karim Mustapha (eds.) *The Philosophy of Antonio Negri*. Volume 2 – Revolution in Theory. Londres : Pluto Press, 2007.

VARELA, F. *Sobre a competência ética*. Lisboa: Edições 70, 1992.

VIRNO, P. *Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y Naturaleza humana*. Trad. Emilio Sadier. Buenos Aires, Tinta Limón, 2004a.

_____. *A grammar of the multitude. For an analysis of contemporary forms of life*. Trad. Isabella Bertolotti, James Cascaito e Andrea Casson. Los Angeles, Nova York : Semiotext(e), 2004b.

_____. *Virtuosismo y Revolución. La acción política en la época del desencanto*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo, Hugo Romero e David Gámez Hernández. Madri: Traficantes de sueños, 2003.

_____. “Multitude et le principe d'individuation”, Revista *Multitudes* n. 7, Paris, 2001.

_____. *Labour and Language*. Disponível em: <http://www.generation-online.org/t/labourlanguage.htm> (s/d).

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Apeche. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

_____. *Pensamento e Linguagem*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WINNICOTT, D. W. *Textos selecionados da pediatria à psicanálise*. Trad. Jane Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 2a edição, 1982.